

TERMO DE REFERÊNCIA DA ÁREA BOXE DA CENTRAL DE HORTIGRANJEIROS

1- Licitação para concessão de uso oneroso da box nº .02 com área de 20m² localizado na Central de Hortigranjeiros, sito a Rua Comendador Vasco Vieira da Fonseca nº 690 observando-se a seguir os principais itens.

1.2 - O local destinar-se-á exclusivamente para o ramo de comercialização de hortifrutigranjeiros.

1.3 - O valor mensal mínimo será de R\$ 551,75(quinientos e cinquenta e um reais e setenta e cinco centavos) e será reajustado anualmente, a partir da data de assinatura do contrato, aplicando-se índice de variação da Unidade de Referência do Município-URM.

1.4 - O prazo de locação será de 05 (cinco) anos a contar da assinatura do contrato;

1.5 - O valor mensal da concessão, deverá ser pago na Secretaria de Município da Fazenda - SMF;

1.6 - Em caso de atraso no pagamento mensal, será aplicada multa equivalente a 10 % (dez por cento) do valor do débito, acrescida de juros legais;

1.7 - Declaração expressa de que, se vencedor da licitação, manterá as características da referida dependência, obedecendo-se o padrão existente, bem como todos os pagamentos relativos às despesas decorrentes da instalação, uso e manutenção do bem imóvel, ora cedido, bem como tributos municipais, estaduais, taxas de água, esgoto, luz, encargos sociais e outros que por ventura vierem a surgir;

1.8 - A proposta vencedora será a que ofertar melhor preço; as propostas com valor inferior ao estabelecido no edital serão desconsideradas;

1.9 - Declaração expressa de que se vencedor da licitação, obrigar-se-á a manter o local em perfeito estado de conservação e uso, com água e energia elétrica;

1.10 - Declaração expressa da aceitação das condições deste Edital, sem restrição de qualquer natureza e de que é conhecedor das disposições gerais especiais previstas nos artigos 81 a 85 da Lei Federal nº 8.666/93, aplicam-se ao presente contrato e adendos dele oriundos;

1.11 - O prazo de pagamento da concessão será até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido;

1.12 - Não será permitido alterar a razão social e também o ramo de atividade, durante o período de vigência da presente concessão. O seu descumprimento autorizará a rescisão de imediato do contrato;

1.13 - Todas as obras que se julgarem necessárias, só serão executadas com autorização pela concedente e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento - SMCP;

1.14 - As benfeitorias realizadas, desde que autorizadas, não terão direito a indenização no final do contrato, eis que as mesmas passam a integrar o patrimônio do Município;

1.15 - Devolver o imóvel em perfeitas condições de uso, no prazo improrrogável de cinco anos, independente de notificação judicial ou extrajudicial;

1.16 - A contratada, na vigência do contrato, será a única responsável, perante terceiros, excluindo a municipalidade de qualquer reclamação e indenização:

1.17 - Qualquer cessão, subcontratação ou transferência, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis;

1.18 - Manter o comércio em perfeito funcionamento, durante os doze meses de cada ano do contrato, sem interrupção, sendo que o seu descumprimento sem qualquer justificativa devidamente comprovada sujeitará à aplicação de uma multa diária de 50 URMs pelo lapso de tempo devidamente comprovado;

1.18 - O não cumprimento reiterado de cláusulas contratuais constituirá motivo para a plena rescisão do contrato;

1.19 - Atestado de visita ao local, declarando que concorda em efetuar todos os pequenos reparos necessários, antes de iniciar as atividades comerciais, bem como as exigências de funcionamento da Secretaria de Município da Saúde - SMS. Vigilância Sanitária e alvará dos bombeiros o referido atestado será fornecido pela SMDP, após a visita a dependência pela empresa participante e o documento será fornecido com prazo de dois dias antes da data de abertura das propostas, a visita deverá ser agenda com dois dias de antecedência antes da abertura das propostas telefone (53) 32 33 8430.

1.20 - Serão vedados à participação de pessoas jurídicas, enquadradas nas disposições do Art.9º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

1.21 – Poderão participar da licitação pessoas jurídicas, que atenderem às exigências do Edital.

1.22 – Não será permitida a colocação e comercialização de mercadorias fora da dependência locada, nem a colocação de qualquer cobertura que atinja a área de estacionamento na frente da dependência ou o leito da rua, bem como a comercialização em veículos em frente ao boxe pelo descumprimento será aplicada uma multa diária de 50 URMs pelo lapso de tempo devidamente comprovado.

1.23 – Área 20m2.

Rio Grande, 14 de junho de 2018.



José Leomar Soares

Secretário de Município de Desenvolvimento Primário